

A paisagem do Pontal do Paranapanema - uma apreensão geofotográfica

Messias Modesto dos Passos

Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

RESUMO. O desmatamento irregular de mais de 240 mil hectares da Grande Reserva do Pontal, entre 1945 e 1965, para a implantação de grandes fazendas de gado ou de pequenos sítios de 5, 10 e 15 alqueires, em torno de núcleos urbanos, ao lado da preservação da Reserva Florestal do Morro do Diabo como verdadeiro enclave, assim como a implantação da Destilaria de Álcool Alcídia S/A, com cerca de 15 mil hectares de terras próprias, a construção das grandes usinas hidrelétricas de Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera e a atuação do MST pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, criam um mosaico de paisagens e feições regionais em uma área originalmente homogênea e que agora oferece uma gama de aspectos e problemas muito interessantes, em função de suas diferenciações antrópicas. Neste artigo abordaremos o processo de construção da paisagem a partir de uma leitura fotográfica/imagem e da apreensão das unidades básicas diferenciadas, sobretudo, a partir da ação antrópica e, ainda, em um esforço de síntese, os fluxos que contribuíram para a evolução paisagística nessa parcela do território paulista.

Palavras-chave: Pontal do Paranapanema, paisagem, geofotografia.

ABSTRACT. The landscape of Pontal do Paranapanema - a geo-photography apprehension. The irregular deforestation of more than 240 thousands of hectares from *Grande Reserva do Pontal*, from 1945 to 1965 for the implementation of large cattle farms or small farms of 5, 10 and 15 acres around urban locations; the preservation of *Reserva Florestal do Morro do Diabo* - as a real clasp; the implementation of Alcohol Distillery Alcídia S.A.(around 15 thousand hectares of land); the construction of the large hydroelectric plants of *Taquaruçu, Rosana and Porto Primavera* and the MST's (Brazilian Landless Rural Workers Movement) action for the agrarian reform in *Pontal do Paranapanema* create a mosaic of landscapes and regional features in an originally homogeneous area. This area offers a set of very interesting aspects and problems because of its anthropic differentiation. In this paper, the landscape construction process will consider a photographic/image view and the apprehension of the differentiated basic units, mainly from the anthropic action. In a synthesis effort, the flows that contributed to the landscape evolution in this region will also be approached.

Key words: *Pontal do Paranapanema*, landscape, geo-photography.

O recorte geográfico

O Pontal do Paranapanema ocupa a porção extremo oeste do Estado de São Paulo. É uma “mesopotâmia”, limitada ao norte pelo rio Paraná, ao sul pelo rio Paranapanema, a oeste pela confluência desses dois rios. O seu limite leste deslocou-se ao sabor do avanço da fronteira agrícola. Atendendo às características do processo de ocupação, optamos pelo ribeirão das Anhumas - vertente do rio Paraná - e pelo ribeirão do Engano ou Santo Antônio - vertente do rio Paranapanema -, como seu limite leste (Figura 1).

Podemos chamar essa área acima delimitada de “área core do Pontal”, tendo em vista que, no início da década de 40, uma porção territorial maior,

englobando os atuais municípios de Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Marabá Paulista constituíam um espaço paulista marginalizado e que preferimos chamar de “Grande Pontal”.

Os “plantadores e pioneiros” do oeste paulista caminharam junto à linha de ferro que se estabeleceu ao longo dos espigões. Foram surgindo, assim, cidades como Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922), esta última na barranca do Rio Paraná. Dessa forma, a porção sudoeste distante da ferrovia ficou marginalizada e, vagamente, denominada de Pontal.

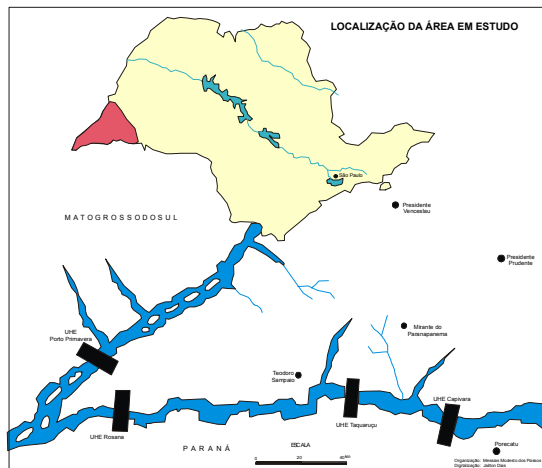


Figura 1. Localização do Pontal do Paranapanema no sudoeste do Estado de São Paulo.

Com a chegada da fronteira agrícola (1940) na área do atual município de Mirante do Paranapanema, teve início o processo de desmatamento e ocupação agrícola, com base essencialmente na cultura do algodão e do amendoim. Nesse momento, a fronteira agrícola não ultrapassou os ribeirões de Santo Antônio e das Anhumas, que passaram, assim, a limitar duas porções de ocupação bem diferenciadas: a leste, uma ocupação agrícola que provocou uma morfogênese muito agressiva, resultando num rápido exaurimento do solo, com erosão e assoreamento dos córregos e, a oeste desses ribeirões, a mata semidecídua, que somente mais tarde passou a ser substituída pelas pastagens (1945-1965), com uma evolução dinâmica característica, diferenciada da anterior.

Na verdade, a “área core do Pontal” passou a se diferenciar do “Grande Pontal”, sobretudo a partir de 1941, quando o Governo Estadual se interessou pelas suas matas e as transformaram em Reserva Florestal. Nesse momento, eram cerca de 284 mil hectares reservados, visando “à conservação da flora e fauna estadual e o futuro estabelecimento de florestas protetoras, remanescentes ou modelos”, na forma prescrita pelo Código Florestal de 1934 (Figura 2).

Desses quase 284 mil hectares, hoje só restam cerca de 35 mil, concentrados na Reserva Estadual do Morro do Diabo, que foi convalidada pela Lei de Terras e editada por meio do Decreto-Lei 14.916 de agosto de mil novecentos e quarenta e cinco.

O desmatamento irregular de mais de 240 mil hectares da Grande Reserva do Pontal, entre 1945 e 1965, para a implantação de grandes fazendas de gado ou de pequenos sítios de 5, 10 e 15 alqueires, em torno de núcleos urbanos, ao lado da preservação da Reserva Florestal do Morro do Diabo, como um verdadeiro “enclave”, assim como a implantação da

Destilaria de Álcool Alcídia S/A, com cerca de 15 mil hectares de terras próprias, a construção das grandes usinas hidrelétricas de Taquaruzo, Rosana e Porto Primavera e a atuação do MST pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, criam um mosaico de paisagens e feições regionais em uma área originalmente homogênea e que agora oferece uma gama de aspectos e problemas muito interessantes, em função de suas diferenciações antrópicas.

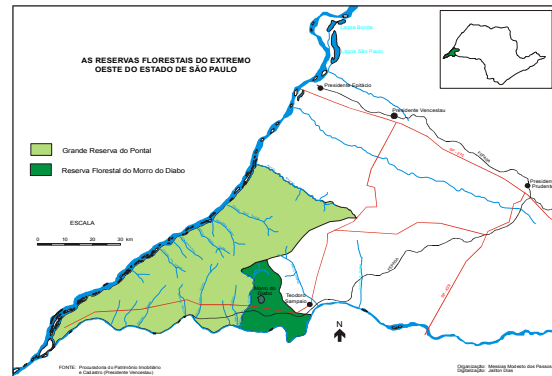


Figura 2. As reservas florestais do Pontal do Paranapanema.

Neste artigo, abordaremos o processo de construção da paisagem a partir de uma leitura fotográfica/imagem e da apreensão das unidades básicas diferenciadas, sobretudo, a partir da ação antrópica e, ainda, em um esforço de síntese, os fluxos, que contribuíram para a evolução paisagística nessa parcela do território paulista.

Por uma leitura fotográfica da paisagem

“...J’ai découvert que lire un paysage, c’était lire le temps”

P. Chaunu, 1988

A fotografia e a paisagem

A fotografia, desde o seu aparecimento, entrou na paisagem. Sua invenção, consecutiva à valorização do quadro pictural, veio para contribuir na renovação de um sistema de representação em mutação. A fotografia não tomou unicamente o lugar da pintura, ela, ao mesmo tempo, modificou as especificidades operatórias, o caráter do dispositivo de *artefalização*. Nossa sensibilidade em relação aos lugares foi afetada. Nossa cultura paisagística passou a ser informada de maneira diferente. A qualidade do nosso olhar se modificou.

A generalização e o uso utilitário da fotografia constituíram, ao longo dos anos, uma ferramenta de registro e de restituição das paisagens.

Quando o geógrafo Jean Brunhes e o mecenas Albert Kahn lançaram a operação “Arquivos do Planeta”, não deixaram nenhuma dúvida sobre a

finalidade dessa operação: realizar um inventário fotográfico da superfície do globo ocupada e organizada pelo homem, tal qual ela se apresentava no início do século XX. Jean Brunhes se inscreveu no coração do projeto científico da geografia clássica, herdeira direta do paradigma da *vie raisonnée* vidaliana: observar para classificar e pensar as famílias dos fatos geográficos. Ele produziu um sentido científico a partir da observação fotográfica.

Poderia se identificar duas maneiras de fotografar uma paisagem, a primeira, considerando o registro poético, levaria a apresentação de uma “realidade em gênese”. A segunda maneira seria simplesmente uma atividade de arquivagem do real. Se esta última maneira se presta a um estudo relevante de uma aproximação científica, a primeira se coloca diretamente sobre a experiência de explicitar, de forma simbólica, a paisagem.

O geógrafo faz, de preferência, fotografias que registram a paisagem, o cotidiano das relações sociedade-natureza.

As fotos se prestam para explicitar como o processo de ocupação do território se materializou na paisagem.

A representação da paisagem

A construção e a utilização de representações da paisagem, mesmo compreendidas no quadro de uma reflexão científica, não são neutras. A escolha das visualizações condiciona e é condicionada pela análise e se instaura um laço complexo entre o pesquisador, a paisagem estudada, a imagem que é produzida e o público ao qual ela se destina.

As fotografias de paisagens tomadas sobre o terreno, por exemplo, representam, indiscutivelmente, uma paisagem real, mas não são menos fortemente dependentes da reflexão dirigida sobre esta paisagem. A escolha do território fotografado, as condições da tomada da foto (distância, época etc.), tudo é determinado em função de uma vontade precisa de análise e de demonstração. Assim, as fotografias apresentadas neste artigo foram selecionadas entre uma infinidade de clichês possíveis para ilustrar, da melhor maneira possível, os tipos de paisagens observadas. A fotografia não deve ser somente representativa da paisagem, mas, também, deve, se possível, concentrar todos os elementos característicos que são descritos, ainda que eles estejam raramente presentes com densidade e promiscuidade significativas na realidade. Mesmo quando as tomadas de fotos são aleatórias, elas observam sempre um princípio ou um protocolo fixado pela finalidade operacional dos documentos.

A representação da paisagem, qualquer que seja sua natureza, é, pois, fortemente sugestiva. Trata-se,

em geral, de não visualizar uma paisagem tal qual ela é, mas, de preferência, de representar uma certa *idéia* dessa paisagem. A interpretação, contrariamente ao que se poderia acreditar, não é totalmente aberta, mas priorizada para certas conclusões. Essa manipulação da imagem da paisagem, como da imagem de todo objeto de estudo científico, faz parte da atitude de pesquisa e está a jusante da fase de apresentação dos resultados: “a prática experimental passa pela pesquisa de um ponto de vista, de um olhar orientado sobre os objetos [...]. E para desvendar, construir, produzir seus objetos científicos os pesquisadores passam seu tempo a arranjar objetos de laboratório (imagens, instrumentos, fichas...) e a realçar os espaços de visibilidade” (Mallard, 1993).

Essas reflexões conduzem não a uma defesa da foto, que ainda é uma formidável ferramenta de conhecimento e de comunicação, mas a uma avaliação sobre sua utilização incondicionada. O debate se encontra na confluência de três pólos: a *realidade*, a *percepção* e o *saber*.

A análise descritiva da paisagem e a colocação em perspectiva da imagem da paisagem nos domínios científicos estão estreitamente ligadas a uma reflexão sobre a complementaridade e a subjetividade dessas abordagens.

O conceito de paisagem é indissociável da percepção subjetiva (e mais precisamente estética) do espaço, pois o ponto de vista particular que transforma o espaço olhado em paisagem não tem nada de obrigatório e de universal. Assim, o aparecimento relativamente tardio na civilização ocidental¹ do “sentimento paisagístico” já foi assinalado por numerosos autores (Roger, 1978; Luginbuhl, 1989).

A Geofotografia

Indiscutivelmente é com Vidal de la Blache que a fotografia ganha um significado maior na representação da paisagem, com a publicação, em 1908, da obra *La France. Tableau géographique*, isto é, uma reedição do *Tableau de la géographie de la France*, abundantemente ilustrado de fotografias comentadas².

Isso representa a valorização de um método particular de análise³ que, partindo do projeto icnográfico exposto por Vidal de la Blache no início do livro, examina a maneira como ele representou, ou não, diferentes lugares da França, nessa obra, e os significados que ele produziu associando textos e imagens.

Portanto, Vidal de la Blache avança rápido do

¹ Notadamente em relação às civilizações asiáticas que desenvolveram, desde a antiguidade, uma cultura paisagística refinada e rica em símbolos.

ponto de vista ilustrativo para o ponto de vista científico, afirmando que há um método geográfico de interpretar as paisagens. É preciso que a fotografia seja praticada num espírito geográfico, por pessoas que saibam ler a natureza. Não se trata mais do uso da fotografia como ilustração, mas de uma técnica de análise.

Jean Brunhes e Emmanuel de Martonne foram os herdeiros, em linha direta, da prática icnográfica vidaliana. Este último foi também um grande utilizador de documentos fotográficos e um dos promotores da fotografia aérea na França. Aplicando corretamente a metodologia descrita por seu mestre, ele introduziu em todos os seus comentários uma objetividade marcante. Os textos dos seus dispositivos icnográficos são curtos, sem artificios e sem vida. Sua especialização em geografia física o conduziu a colocar sobre as paisagens um olhar

analítico muito especializado e, portanto, necessariamente redutor. É preciso lembrar sua obra, substituição progressiva dos blocos diagramas pelas fotografias e, nota-se que, sobre esses desenhos modelizadores, De Martonne foi bastante prolixo.

A paisagem é a fisionomia de uma região. É nela que as relações sociedade-natureza se materializam. As fotos são reveladoras de como a estrutura socioeconômica atuou e atua sobre a estrutura geocológica para construir a paisagem atual. O pouco tempo de permanência de um mesmo modelo/padrão de ocupação regional é o grande responsável pela ausência de sinais marcantes da história paisagística nessa parcela do território paulista.

As Figuras 3 a 9 se prestam à visualização da paisagem do Pontal do Paranapanema.



Figura 3. Morro do Diabo, sudoeste de São Paulo, visto a partir do noroeste do Paraná, Passos: 15/04/2003.



Figura 4. Córrego Santo Antônio ou do Engano, Mirante do Paranapanema (a 500m a jusante da ponte/SP-613). O leito principal se encontra totalmente assoreado e a lâmina d'água não atinge usualmente mais de 40cm de profundidade na estação chuvosa. A drenagem apresenta-se anastomosada em vários trechos desse córrego, devido à incompetência do curso d'água em transportar todo o material sedimentar que vem de montante, após o desmatamento processado no início da ocupação agrícola (anos 50), Passos: 15/04/2003.

² La France. Tableau géographique. Paris: Hachette, 1908.

³ Somente a partir do último decênio do século XIX é que a livreria Hachette começou a substituir as gravuras por fotografias nas publicações geográficas.



Figura 5. Córrego - município de Mirante do Paranapanema - revelador da excepcionalidade do regime fluvial regional: as águas de verão têm energia suficiente para erodir o terraço fluvial, enquanto que na estação seca (abril-setembro) observa-se desperenização em alguns trechos. As condições geopedológicas (arenito e terraços fluviais hidromorfizados) associadas à ação antrópica negativa desencadearam o agressivo processo de lesionamento da paisagem, Passos: 15/04/2003.



Figura 6. O uso do solo nas pequenas propriedades, resultantes da reforma agrária (esquerda) e em muitas das grandes fazendas no Pontal do Paranapanema (direita), Passos: 15/04/2003.



Figura 7. Apesar da alta potencialidade erosiva do arenito da Formação Caiuá, os grandes proprietários de terras do Pontal do Paranapanema pouco atuam no sentido de reverter o processo de lesionamento da paisagem, cujos impactos socioambientais são extremamente negativos ao desenvolvimento local-regional, Passos: 15/04/2003.



Figura 8. Os inúmeros cemitérios de ex-bairros completamente abandonados no meio das pastagens e as estradas vicinais “desativadas” atestam o forte processo de desterritorialização, provocado pela crise da cultura do algodão no município de Mirante do Paranapanema (denominada de “Capital do Pontal” e de “Capital do Ouro Branco”), no início dos anos 60, Passos: 15/04/2003.



Figura 9. Barracão da Braswey (esq.) e da Sanbra (dir.) no município de Mirante do Paranapanema: dois símbolos da importante fase de produção algodoeira (1950-1965). O abandono desses estabelecimentos atesta o processo de decadência e de crise das economias locais-regionais observadas no sudoeste paulista, Passos: 15/04/2003.

A teledetecção aplicada ao estudo da paisagem

Somente um bom conhecimento da integração\inter-relação dos elementos componentes da paisagem permitirá determinar o que é significativo ou não para o uso da teledetecção aplicada ao estudo da paisagem.

A teledetecção inova, sob dois aspectos, em relação aos os métodos mais antigos de observação: a escala têmporo-espacial da percepção e a natureza dessa percepção.

Quanto à escala têmporo-espacial da percepção da paisagem, os satélites fornecem uma informação praticamente sincrônica sobre extensas áreas e, ainda, têm a vantagem da repetitividade automática que, malgrado as numerosas lacunas resultantes da falta de transmissividade atmosférica ou da insuficiência de memória dos satélites, permite a confrontação de situações diferentes e sincrônicas sobre grandes extensões.

A avaliação das informações começa pela

identificação dos objetos que compõem as paisagens. Pode-se ficar no nível da identificação descritiva/fisionômica dos objetos/elementos paisagísticos.

Ao lado da “precisão” científica das assinaturas espectrais, é necessário estarmos atentos à identificação empírica, mesmo que esta seja pouco satisfatória e imprecisa.

A aplicação da teledetecção ao estudo da paisagem requer o conhecimento de cada detalhe em si e, ainda, da integração dos elementos do meio natural.

Tais pesquisas devem se fundar, principalmente, sobre a óptica naturalista. Na verdade, a natureza das interações no interior das paisagens difere segundo os tipos de meios naturais. Será, pois, ilusório e incorreto querer estabelecer um tipo de catálogo de descrição das paisagens identificáveis sobre os diversos tipos de teledetecção.

É bom lembrar que o uso da teledetecção não é totalmente válido e eficaz, senão quando inserido no

conjunto dos nossos conhecimentos sobre a dinâmica da paisagem.

Abordaremos a paisagem captada e visualizada a partir do satélite LANDSAT TM, de modo descritivo e interpretativo, objetivando demonstrar as transformações paisagísticas e o arranjo atual da paisagem no Pontal do Paranapanema, sudoeste do Estado de São Paulo.

Para tal, após observações e análises de todo o recorte geográfico do Pontal do Paranapanema (Figura 1), escolhemos e definimos algumas unidades básicas para efeito de leitura da paisagem nessa parcela do território paulista:

Em relação ao extremo sudoeste paulista/1986 (Figura 10), observamos:

- no espigão, ao longo da SP-613, áreas desmatadas/Gleba XV de Novembro (azul);
- áreas significativas de florestas tropicais do arenito Caiuá. A área de floresta/nordeste da imagem (vermelho), acima da Gleba XV de Novembro já estava sendo eliminada para a introdução da cana-de-açúcar/Destilaria Alcídia S.A. A outra área de floresta, ao sul desta, apresenta parcela significativa de desmatamento recente (vermelho claro);
- o lado paulista (margem direita do rio Paranapanema), apresenta, à jusante do então canteiro de obra da UHE de Rosana, ampla área de planície de inundação, até a confluência com o rio Paraná, no Varjão do Paranapanema;
- ao norte, aparece o rio Paraná, com destaque notável para (a) o canteiro de obras da barragem, em Porto Primavera; (b) a larga planície de inundação ao nordeste e (c) a planície revestida por vegetação, relativamente densa e arbórea à jusante; com destaque para as lagoas temporárias (pequenos círculos).

Apesar da construção da ponte e da barragem sobre o rio Paranapanema ser muito importante para os fluxos regionais, observa-se, até o presente momento, pouca dinamização dos fluxos por algumas razões, entre as quais destacamos: (a) as condições precárias de abandono das estradas asfaltadas do extremo noroeste do Paraná; (b) o predomínio das pastagens e da cana-de-açúcar nessa área; (c) os

conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema, ao mesmo tempo em que lançam a região na mídia nacional e a isolam em relação às perspectivas de atuação dos agentes regionais/inter-regionais.

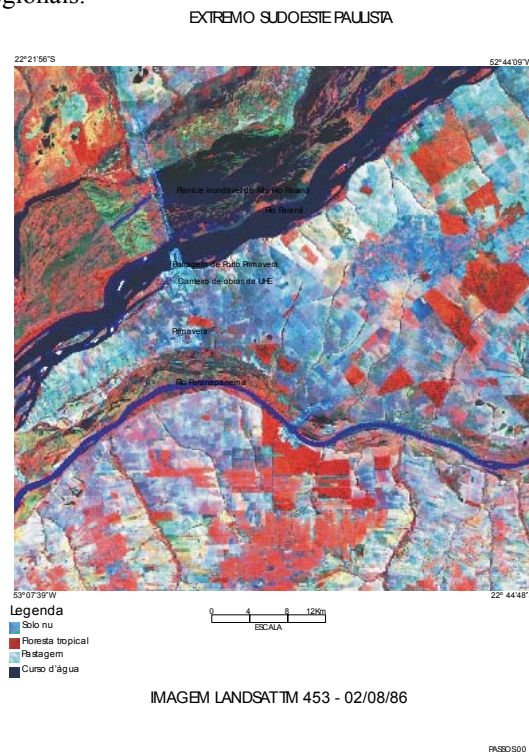


Figura 10. Extremo sudoeste paulista (1986).

A unidade Fazenda Alcídia (Figura 11) foi escolhida em função da introdução da cana-de-açúcar, pela primeira vez e em grande escala no Pontal do Paranapanema, a partir de 1976, ou seja, no início do Proálcool, objetivando atender às necessidades nacionais em meio a crise provocada pelo aumento do preço internacional do petróleo.

Observa-se que, o uso do solo, predominantemente com cana e pastagens, pouco se alterou nessa unidade, no período de 1986 a 1999. O grande impacto da implantação da usina de álcool se deu no início, quando uma significativa área de floresta tropical foi eliminada.

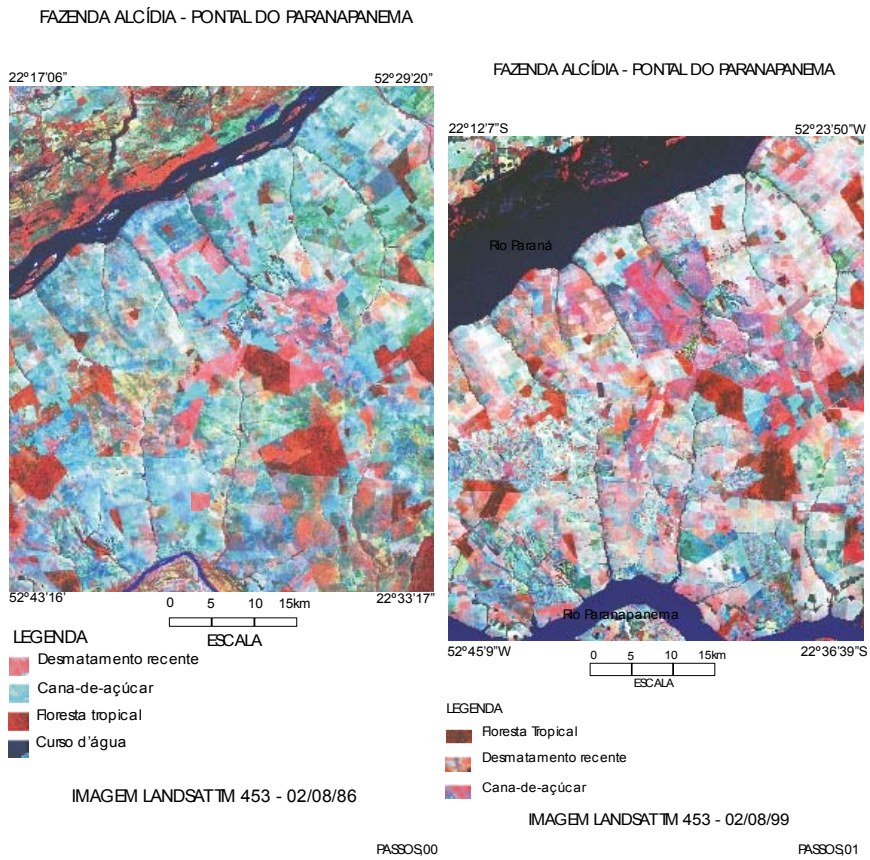


Figura 11. Faz. Alcídia - Pontal do Ppma. (1986) / Faz. Alcídia - Pontal do Ppma. (1999).

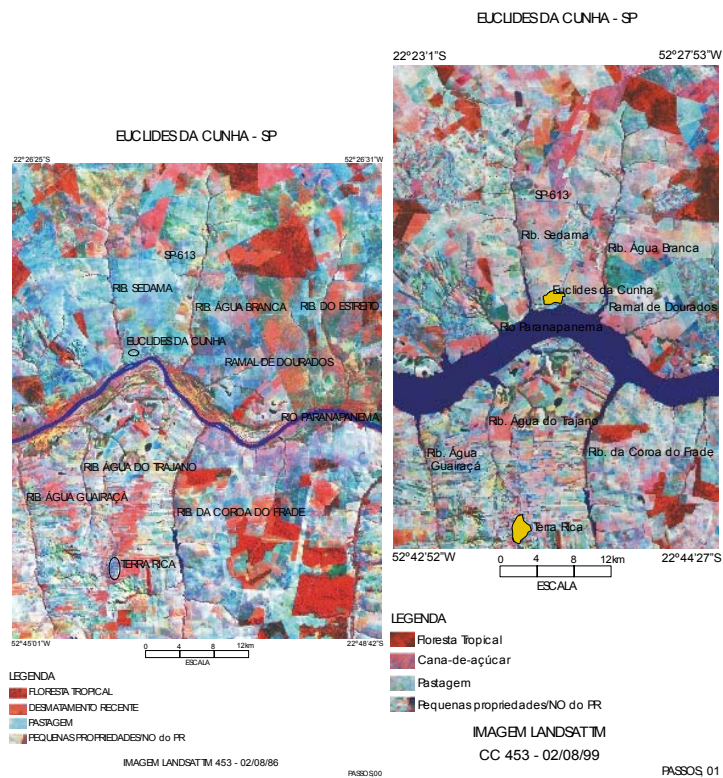


Figura 12. Euclides da Cunha - SP (1986) / Euclides da Cunha - SP (1999).

A Figura 12 revela e reforça os argumentos de que as grandes mudanças no uso da terra aconteceram de modo muito rápido e extensivo em todo o Pontal do Paranapanema, no período de 1955 - 1965, quando as reservas foram ocupadas ilegalmente e eliminadas para a formação das atuais fazendas. A estratégia adotada pelos posseiros e grileiros consistiu, basicamente, em eliminar a floresta e formar os pastos, na presunção de garantir a posse da terra.

As mudanças no uso da terra, ocorridas no período de 1986 a 1999, consistiram essencialmente no assentamento de camponeses sem terra em áreas de pastagens, cujas mudanças são pouco perceptíveis nas imagens satelitares.

A unidade Planalto do Sul (Figura 13), uma das “portas de entrada” para as terras devolutas do extremo sudoeste paulista, no final dos anos 40, chama atenção por alguns elementos:

- predomínio das áreas de pastagens;
- presença de pequenas manchas de mata;

- dendritificação das nascentes do Ribeirão Água Sumida e das outras cabeceiras, ao leste - acusando a presença do Arenito Bauru, menos permeável. Ao contrário, as nascentes dos ribeirões a oeste do Água Sumida se apresentam pouco hierarquizadas, com insignificantes ramificações, próprias dos arenitos permeáveis do Caiuá;
- em relação ao uso do solo, observa-se, nas proximidades do núcleo urbano/corruptela do Planalto do Sul, pequenas parcelas de uso diversificado (mamona, mandioca, milho etc.) de difícil cartografia. A altitude mais elevada dessa área e a ocorrência do arenito Bauru, ou seja, de solo mais fértil, orientaram o início do povoamento espontâneo, a exemplo do que ocorreu junto às nascentes do Ribeirão Santo Antônio, no atual município de Mirante do Paranapanema.

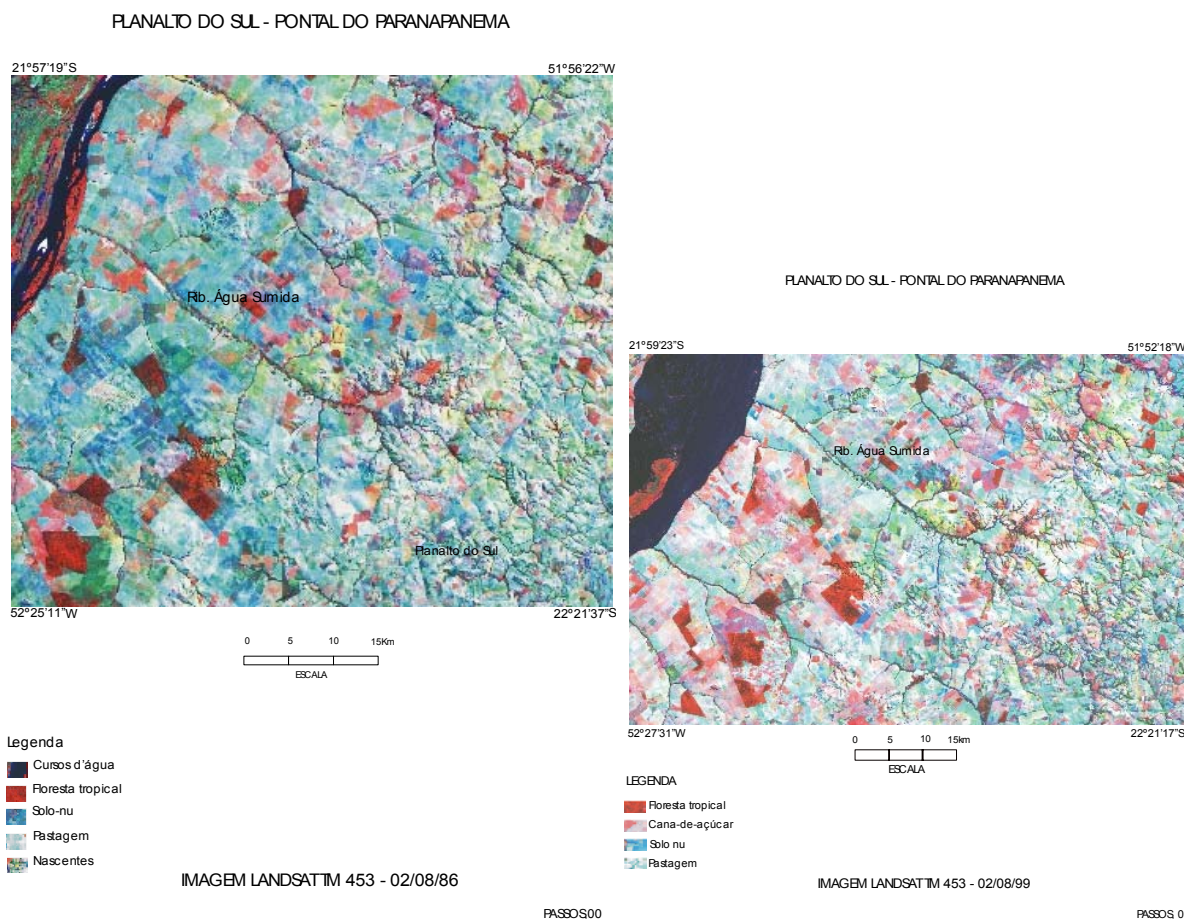


Figura 13. Planalto do Sul (1986) / Planalto do Sul - Pontal do Paranapanema (1999).

O olhar sobre esta unidade (Figura 14) revela:

- eliminação quase que completa da floresta para efeito de implantação da cultura do algodão, a partir de meados dos anos 40 e,

acentuadamente, entre 1950 a 1960. É bom lembrar que a ocupação agrícola teve um caráter mais agressivo em relação à floresta, quando comparados com a formação das pastagens;

- a dendritificação acentuada das nascentes do córrego Santo Antônio é uma resposta “natural” à presença do arenito Bauru - com teor de cimento calcáreo e pouco permeável;
- o tom azulado das margens dos baixos cursos dos ribeirões acusa a presença de areias quartzosas, resultante do intenso processo de

erosão e assoreamento dos cursos fluviais. Algumas parcelas de muitos córregos/ribeirões sofrem desperenização ao longo da estação seca (abril-outubro);

- as mudanças no uso do solo, no período de 1986 a 1999, são pouco significativas. No entanto, a forte desterritorialização, observável no abandono das estradas vicinais, no desaparecimento dos bairros rurais e no descaso em relação aos cemitérios, comprovam a fragilidade/inexistência dos agentes locais.

MIRANTE DO PARANAPANEMA

- Ribeirão Santo Antonio -

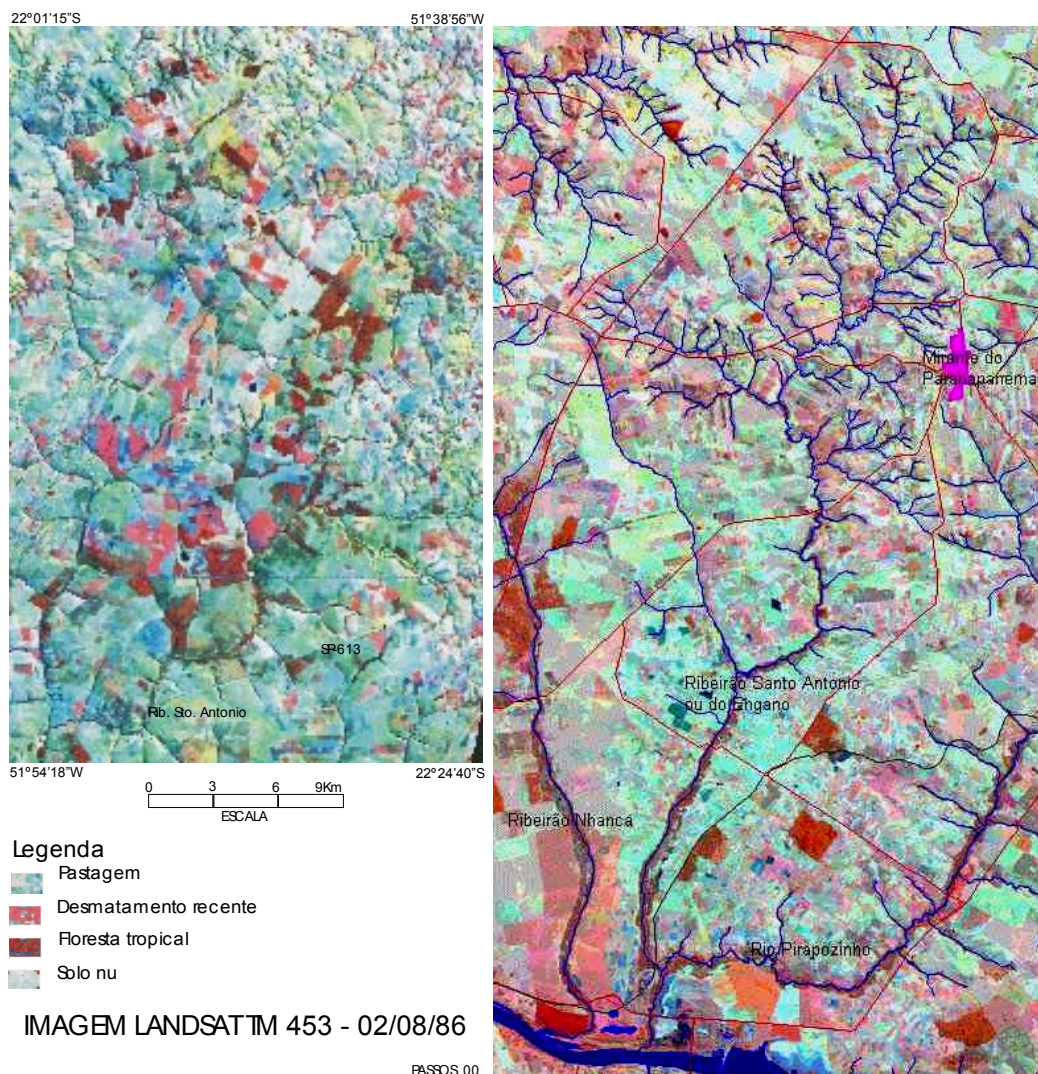


Figura 14. Mirante do Paranapanema (1986) / Córrego do Engano ou Santo Antônio (1999).

PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO - SP

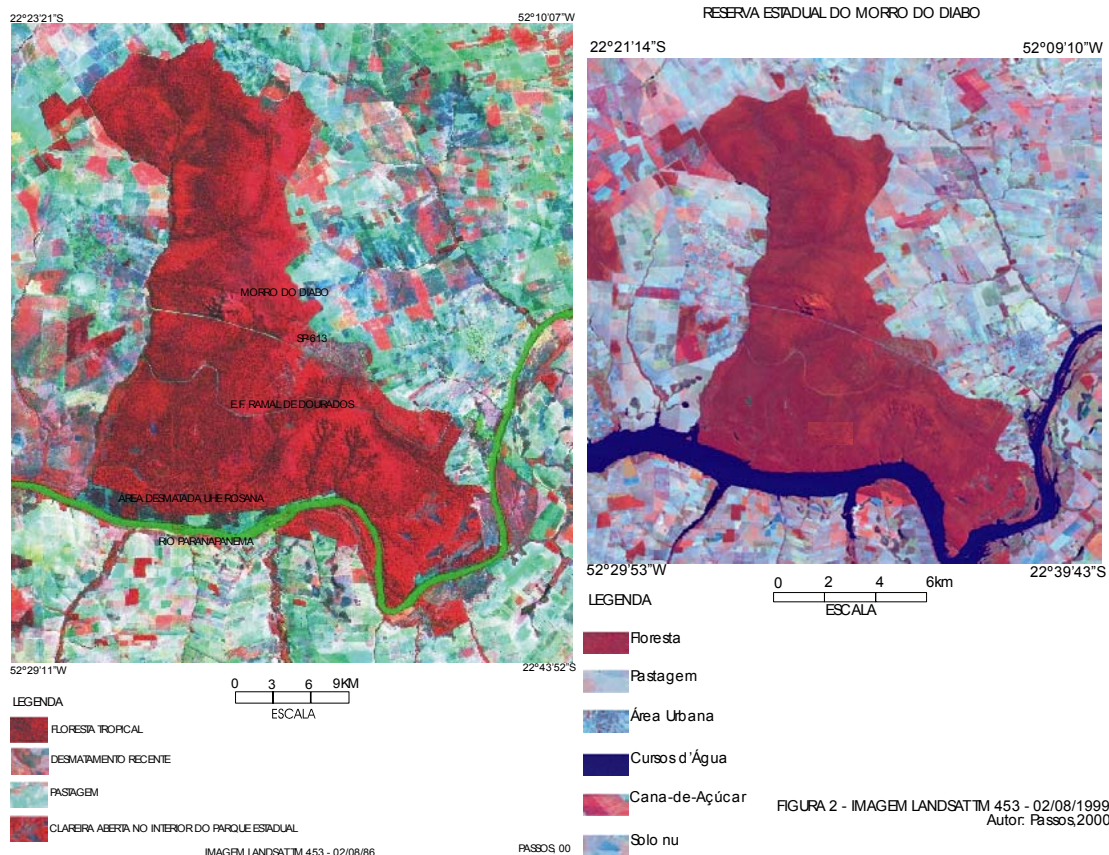


Figura 15. Parque Estadual do Morro do Diabo (1986) / Parque E.M. do Diabo (1999).

A unidade “Parque Estadual do Morro do Diabo” (Figura 15) - 1986/1999 - se presta à visualização e explicitação de significativos elementos da paisagem:

- no desenho da reserva estadual do Morro do Diabo estão evidentes alguns problemas herdados do passado e não solucionados até o momento: (a) o seccionamento da biomassa florestal por duas barreiras físicas relevantes: a rodovia asfaltada SP-613 e o corte da “ferrovia” (ex-Ramal de Dourados); (b) a inexistência de uma área tampão, expondo toda a borda da floresta (exceção do limite sul/rio Paranapanema) as queimadas, muito freqüentes nos meses mais secos do ano (julho-agosto), quando acontece a prática de “refazer os pastos”, nas propriedades vizinhas;
- na imagem de 1986, observa-se a área desmatada (margem direita do rio Paranapanema) para atender ao reservatório da UHE de Rosana. Na imagem de 1999, essa área já se encontra inundada.

No sudoeste paulista, a ocupação, a princípio motivada pelo avanço do café e da ferrovia, no início do século XX, é redefinida a partir do uso das terras areníticas, e terá, na cultura do algodão - a partir dos anos 40 - a sua maior motivação. No extremo sudoeste/Pontal do Paranapanema, o caráter de apropriação ilegal das reservas florestais, caracterizou-se por elevada agressividade, a qual o desmatar foi a única forma de “legitimar” a posse (Passos, 1988).

O nosso objetivo maior foi o de entendermos o dinamismo do processo de construção da paisagem - num esforço de síntese - e de suas relações com os contextos socioeconômicos e políticos nacionais, porque se trata de uma região comandada por decisões externas.

Estamos muito próximos da realidade ao afirmarmos que o sudoeste paulista apresenta-se como um espaço de baixa fluidez, de lentidão e opaco⁴.

Deixamos de lado os indicadores

Um esforço de síntese

⁴ Termos emprestados de Santos, M. e Silveira, M. L.: O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI; capítulo XII - As diferenciações do território, p. 259.

numéricos/estatísticos, apesar de, em um primeiro momento, termos elaborado gráficos e tabelas, a partir das informações extraídas da Base de Informações Municipais (BIM) do IBGE, 1999 - e de outras fontes. Priorizamos a análise ecohistórica.

As análises das imagens de satélites, os registros fotográficos, as observações sobre o terreno, as entrevistas etc., prestam-se melhor à explicitação dos processos evolutivos do que o tratamento numérico.

Estamos, pois, assumindo uma abordagem qualitativa, porém apropriada à compreensão do processo de construção da paisagem.

O esforço de síntese nos levou a elaborar um esquema de fluxos, cuja análise esclarece as divergências e, ao mesmo tempo, aponta para uma dinamização dos fluxos e das atividades e, talvez, de integração a partir da atuação de dois momentos: o pioneiro e o pós CESP - Centrais Elétricas de São Paulo - materializado na construção dos reservatórios das UHEs de Rosana e Taquaraçu, no Rio Paranapanema e de Engº Sérgio Motta/Porto Primavera no alto curso do Rio Paraná.

A evolução da paisagem mostra, já na identificação de seus elementos naturais, alguns condicionantes importantes:

- a ocorrência do Arenito Bauru no Sudoeste paulista condicionou um modelo de ocupação marcadamente agrícola, enquanto que, nas áreas de ocorrência do Caiuá (extremo Sudoeste/Pontal do Paranapanema) predominou, desde o início, a pecuária extensiva;
- no Sudoeste paulista, na área de ocorrência do Caiuá, os vales são abertos e as águas mais espriadas. Essa morfologia do relevo, associada à dinâmica das águas fluviais, ficou totalmente à mercê do processo de erosão, transporte e sedimentação, interferindo na fisiologia da paisagem, notadamente pelo assoreamento e pela desperenização aguda dos pequenos cursos fluviais.

A combinação dos elementos naturais define uma estrutura geoecológica que foi marcante no desenho do espaço ocupado:

- as áreas de relevo mais rugoso (topos) estão estreitamente relacionadas à ocorrência do arenito Bauru carbonatado. Os primeiros pioneiros - menos preparados tecnicamente e economicamente - ocuparam essas áreas mais elevadas, autênticas “bocas-do-sertão”⁵,

resultando num caráter mais agressivo de lesionamento da paisagem.

A evolução do uso do solo é determinante para o padrão paisagístico atual:

- a frente pioneira que chegou, de forma mais agressiva, no início dos anos 40 do século passado, produziu - em consonância com os anos da Segunda Grande Guerra, hortelã e algodão e, mais tarde (início dos anos 50), foi contemplado com a chegada das indústrias beneficiadoras de algodão. Essas mesmas indústrias paralisaram as suas atividades pouco tempo depois (início dos anos 60), após terem motivado a eliminação da mata tropical. A partir desse momento, observou-se a desagregação da economia local e do mundo rural. Iniciou-se a pecuarização e, paralelamente, o processo de desterritorialização mais estúpido por nós observado: os cemitérios dos antigos bairros rurais estão encobertos pelo capim, o gado pisoteia e pasta neles e, pior, a geração atual não tem a menor sensibilidade em relação a essa realidade, conforme constatamos a partir de entrevistas. É importante lembrar que, aqui, os plantadores de algodão sobreviveram como meeiros e arrendatários, marcadamente.

Portanto, o plantio de algodão e a utilização de mão-de-obra para desmatar e formar as pastagens já estavam inseridos na mentalidade dos médios e grandes proprietários rurais da região, que tinham como ambição maior a pecuária - o ser fazendeiro.

Em relação às mudanças mais recentes, constatamos que:

- a paralisação das obras da CESP (hidroelétricas), associada às questões locais (contestação dos títulos de posse das grandes propriedades rurais) e nacionais (abertura política/governo Franco Montoro), desencadeiam o surgimento do MST (Movimento dos Sem Terra) na região, que mais tarde ganha repercussão nacional e internacional;
- a implantação da Destilaria Alcídia, no contexto do primeiro choque da crise do petróleo (1973), não foi suficiente para uma retomada do desenvolvimento local-regional. Apesar dos significativos assentamentos rurais, observa-se, na paisagem, marcas concretas da desterritorialização (estradas vicinais abandonadas e/ou destruídas pela erosão, cemitérios abandonados, bairros rurais totalmente extintos).

O esquema de fluxos de atividades presta-se à explicitação de duas dinâmicas próprias de regiões submetidas a modelos de desenvolvimento pouco sustentável: o sentido centrífugo, característico da

⁵ No atual município de Mirante do Paranapanema, o povoamento “efetivo” se deu a partir da chegada de cerca de 40 imigrantes (tchecos e húngaros), em 1926, que desmataram a machado, construíram as moradas, desenvolveram uma agricultura de subsistência e viveram em total isolamento até a chegada da frente pioneira que subsistiu na euforia das boas colheitas de algodão.

fase inicial da apropriação (*mise en valeur*) do território e o sentido centrípeto, quando o modelo de ocupação, implantado na fase pioneira, ou de implantação de infra-estrutura, que requer numerosa mão-de-obra e investimentos diversos, completa o ciclo e, então, a desagregação/desterritorialização se manifesta.

Referências

- CHAUNU P., *l'Apologie par l'Histoire*. Paris: Presses des Editions Téqui, 618 p. 1988;
- LA BLACHE. V. DE *La France. Tableau géographique*. Paris: Hachette, 1908.
- LUGINBUHL Y. 1989 *Sens et sensibilité du paysage*. Thèse pour le doctorat de 3ème cycle em Géographie. Université de Paris I Panthéon-Sorbonne 2 vol.;
- MALLARD A., 1993 Paysage et image dans les laboratoires scientifiques. In: *Les échelles du paysage - Paysages et espaces urbains*. Rennes, Ecole des Beaux-Arts de Rennes, pp. 9-24;
- PASSOS, M.M. dos *O Pontal do Paranapanema: um estudo de geografia física global*. 1988. Tese (Doutorado) - São Paulo: FFLCH-Universidade de São Paulo, 1988.
- PASSOS, M.M. dos FAPESP: Por uma eco-história da raia divisória - São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul Relatório de Pesquisa, 464 p., 2003;
- REGNAULD H., 1993 Emboitements d'échelles et temporalités différenciées". In: *Les échelles du paysage paysage - Paysages et espaces urbains*. Rennes, Ecole des Beaux-Arts de Rennes, pp. 28-37;
- ROGER, A. *Nus et paysages, essais sur la fonction de l'art*. Paris: Aubier, 1978.
- RONAI, M. 1976 Paysages. Hérodote, n° 1, pp. 125-159.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Received on January 21, 2004.

Accepted on June 22, 2004.